

O JAPÃO, PEARL HARBOR E A SAGA DO ALMIRANTE KIMMEL

Parte XVIII

– Investigações

“São necessárias muitas pás cheias de terra para enterrar a verdade.”

Provérbio dinamarquês

HUSBAND KIMMEL

Almirante (USN)

Tradução e adaptação: **MÁRIO JORGE DA FONSECA HERMES**

Almirante-de-Esquadra (Ref^o)

SUMÁRIO

A Comissão Roberts

Declarações do Contra-Almirante Robert A. Theobald

A investigação Hart

A Corte Naval de inquérito

A investigação Hewitt

A investigação do Congresso

Apontamentos do tradutor

A COMISSÃO ROBERTS

A Comissão Roberts foi criada em 16 de dezembro de 1941. Era chefiada pelo juiz da Suprema Corte, Owen D. Roberts, e composta pelos seguintes membros: Almirante-de-Esquadra (da reserva) William H. Standley, ex-comandante da Esquadra e ex-comandante de Operações Navais; Contra-Almirante (da reserva) J. M. Reeves, ex-comandante da Esquadra; General-de-Divisão Frank R. McCoy, oficial da reserva,

presidente da Associação de Política Exterior; e o General-de-Brigada Joseph T. McNarney, do Corpo de Aviação do Exército, em serviço no Departamento de Guerra e anos mais moderno que o General Short e eu.

Os regulamentos da Marinha, que regiam a conduta de cortes de inquérito e conselhos de investigação ao tempo de Pearl Harbor, determinavam que quando alguém pudesse ser considerado responsável por um sinistro ou desastre deveria responder

perante um corpo de investigadores, ser informado sobre a evidência que o implicava e considerado uma parte interessada ou um acusado, o que lhe dava direito a um advogado, estar presente durante os depoimentos de testemunhas e fazer o cruzamento dos respectivos depoimentos, além de introduzir evidências perante as comissões de investigação. A verdadeira natureza do desastre em Pearl Harbor fazia de mim uma parte interessada.

A Comissão Roberts não foi conduzida de acordo com as regras que governam as investigações da Marinha. Na realidade, ela foi conduzida em completo desrespeito a todas as regras de imparcialidade e de justiça. Foi-me negado o conhecimento dos depoimentos das testemunhas. Somente em 1944, quando me foi entregue uma cópia do processo, é que tive conhecimento dos nomes das testemunhas e que a Comissão havia tomado os depoimentos. Nunca saberei das testemunhas que não tiveram seus depoimentos registrados.

Não tive oportunidade de confrontar testemunhas ou de submeter fatos em assuntos que eles discutiram. Cada testemunha foi premiada pela Comissão com a garantia de que ela seria classificada de secreta.

Quando compareci perante a Comissão, fui informado de que não me era permitido dispor de um advogado e que também não estava em um julgamento. Foi permitido ao Contra-Almirante Theobald auxiliar-me no manuseio dos papéis. Quando o Contra-Almirante Theobald procurou corrigir mal-entendidos, na iminência de ocorrer quando cinco pessoas estão questionando uma, o Sr. Roberts o repreendeu, lembrando-lhe que ele não era meu advogado, pois não me era permitido ter um conselheiro. Quando Theobald não aceitou ser repreendido, Mr. Roberts insistiu que ele prestasse juramento como testemunha. A cópia do processo que me foi entregue não continha

referência a essas declarações do Sr. Roberts.

Alguns dias após haver terminado meu testemunho, perguntei quando seria permitido ler e verificar minhas declarações.

Encontrei a transcrição do meu depoimento incompleta e imprecisa, o que conduziria a uma conclusão errônea. A transcrição estava terrivelmente deturpada e existiam tantos erros, confusões e omissões que requeri autorização para retornar no próximo dia com um estenógrafo (da Marinha) e para que Theobald me ajudasse a reconstruir o meu depoimento, tão cedo quanto possível, da maneira como ele fora apresentado. Um exemplo do que encontrei foi a omissão da transcrição de uma declaração de 16 páginas que eu li para a Comissão e da qual entreguei uma cópia.

Nessa tarde fui informado de que o Sr. Roberts estabelecera que pudesse retornar com um estenógrafo, porém que não me seria autorizado que Theobald me assistisse. Na manhã seguinte, tive uma entrevista com o Sr. Roberts (o Almirante Standley estava presente), quando renovei minhas solicitações. No decorrer da conversação, o Sr. Roberts novamente me assegurou que não me encontrava em julgamento, que o Presidente expressamente dissera-lhe que não se tratava de um julgamento. Respon-di-lhe que suas declarações eram somente palavras e que palavras não alteram fatos, que aos olhos do povo americano eu me encontrava em julgamento e de que nenhuma de suas palavras poderia alterar este fato.

O Sr. Roberts não era suficientemente estúpido para acreditar no que me dizia. De qualquer modo, ele usou o termo “*trial*” em um senso estritamente legal.

Resultou desta entrevista que Theobald, o estenógrafo e eu revisamos a transcrição para o conteúdo do que, então, havia testemunhado para a Comissão.

Subseqüentemente, fui informado de que a transcrição original permaneceria sem mudanças e que minha revisão seria colocada como um adendo. Quando recebi a cópia dos procedimentos, em 1944, encontrei a transcrição original consideravelmente revisada e as 16 páginas de minhas declarações adicionadas. As correções efetuadas foram colocadas em um adendo, ao assim chamado original.

Em 1944, encontrei no Departamento da Marinha uma cópia de uma carta, endereçada ao comandante de Operações Navais, pelo chefe da Inteligência da Marinha, detalhando o testemunho que ele prestara à Comissão Roberts. Nada do seu testemunho estava incluído na cópia dos procedimentos que me foram entregues.

Os procedimentos, de modo bastante estranho, relatam a parte relativa aos depoimentos do General Marshall e do Almirante Stark, que foram a eles submetidos e então revistos, de acordo com as suas conveniências, antes de serem adotados pela Comissão, e registram que eles cumpriram seus deveres relativos ao ataque a Pearl Harbor de modo exemplar.

O tratamento dispensado ao General Marshall e ao Almirante Stark diferem frontalmente daqueles estabelecidos ao General Short e a mim. Quando testemunhava perante a Comissão, a atitude do Sr. Roberts era a de um promotor, não a de um juiz. Em retrospecto, está claro que quando ele percebia que o testemunho conduziria para algo que admitisse prejuízos, cuidadosamente interrompia com outras questões, as quais davam sua interpretação à declaração prestada.

A conduta da Comissão de Investigação foi sem precedentes, conduzida sem respeito às regras, lei ou justiça. Bodes expiatórios foram providenciados para salvar a administração (o governo). Aparentemente, Short e eu fomos eleitos antes de

a Comissão deixar Washington. Como um juiz da Suprema Corte dos EUA, dois generais e dois almirantes emprestaram seus nomes para tal empreendimento, é difícil de entender.

Sem oportunidade de defesa, a Comissão Roberts condenou-me, sem julgamento, baseada em evidências secretas negadas a mim e ao público, e divulgou seu resultado para o mundo.

As conflitantes e confusas ordens transmitidas ao General Short e a mim são mais bem ilustradas pela acusação na cópia a mim entregue, onde é estabelecido que o General Short e eu não nos consultávamos sobre o significado das mensagens de alerta recebidas. Exceto pelo fato de que nós deveríamos conferenciar antes e depois do recebimento da mensagem, é uma estranha doutrina que requereria que o almirante comandante da Esquadra do Pacífico consultasse o comandante-geral no Havaí para determinar o significado da mensagem do chefe de Operações Navais, e igualmente ridículo que o comandante-geral no Havaí se consultasse com o comandante da Esquadra do Pacífico para determinar o significado da mensagem enviada para ele pelo chefe do Estado-Maior do Exército. Estas foram as principais acusações usadas pela Comissão Roberts no seu esforço para impor a culpa do desastre de Pearl Harbor sobre o General Short e eu. A mera declaração de que tal consulta fosse necessária para determinar o significado de uma ordem é uma acusação à agência que a originou.

A Comissão Roberts pode bem ter sido tão confusa como suas conclusões indicaram que ela fora.

Eu não sei se os membros da Comissão tiveram acesso às mensagens “*magic*”. A preocupação do General McNarney, quando ele foi *deputy* do chefe do Estado-Maior em 1944, em razão da inspeção realizada por meu advogado nas mensagens secretas japone-

sas traduzidas, indicaria que McNarney, que era membro da Comissão Roberts, sabia o que elas continham. Todavia, o juiz da Suprema Corte de Justiça, em seu testemunho perante o comitê do Congresso, indicou que ele não as teria lido, mesmo que a ele tivessem sido apresentadas.

É impossível imaginar quanto uma justa e honesta alocação de responsabilidades sobre o desastre de Pearl Harbor pudesse ser feita sem um completo conhecimento das interceptações e de suas distribuições antes do ataque.

A testemunha do Sr. Roberts perante o comitê de investigação do Congresso, a respeito da exatidão com a qual meu testemunho foi registrado, é diretamente contraditada pelo Almirante Standley em seu artigo (que transcrevi em meu livro) e que está correto.

A confusão em lidar com os documentos e testemunhas pela Comissão é evidenciada pela solicitação de cópias da Ordem de Segurança, Carta da Esquadra do Pacífico Confidencial nº 2 Ch – 41. Quando compareci à Comissão, conversações com seus integrantes indicaram que seus cinco membros não haviam encontrado as cópias. Por essa razão, eles solicitaram cinco cópias adicionais para essa ordem. Quando fiz esse pedido ao Capitão-de-Corveta Paul Crosley, secretário da Comissão, ele informou-me que já havia enviado um total de 17 cópias para a Comissão.

DECLARAÇÕES DO CONTRA-ALMIRANTE ROBERT A. THEOBALD (datadas de 30 de março de 1944, a respeito dos procedimentos da Comissão Roberts)

“Quando o Almirante Kimmel foi informado que a Comissão Roberts chegaria a Pearl Harbor para investigar o ataque de surpresa à Esquadra dos EUA, em 7 de dezembro de 1941, convidou-me para atuar

como seu conselheiro. Em resposta, informei-lhe que teria muita satisfação em fazer tudo o que estivesse a meu alcance, porém sugeri que, como não possuía um treinamento legal, seria mais desejável ter um assistente conselheiro com conhecimentos legais. O Almirante Kimmel estabeleceu que não era isso o que desejava, que ele queria uma honesta e franca apresentação da sua conduta como comandante da Esquadra, antes e durante o ataque de 7 de dezembro de 1941. Disse-lhe, então, que teria muito prazer em prestar-lhe qualquer assistência dentro de minha capacidade.

A preparação do testemunho do Almirante Kimmel tornou-se muito difícil, por nossa total inabilidade para saber qual o procedimento que a Comissão Roberts estaria seguindo quando o Almirante Kimmel fosse chamado, a maneira pela qual seria permitido apresentar suas testemunhas etc. Despendemos dois ou três dias na tentativa de obter informações concernentes a esse assunto.

A Comissão Roberts começou seu trabalho na área havaiana passando vários dias em Fort Shafter, onde o General Short e outras testemunhas do Exército foram chamados perante a Comissão. Nem o Almirante Kimmel, tampouco seus representantes estiveram presentes a qualquer dessas audiências. O Almirante Kimmel, então, não tinha conhecimento a respeito dos testemunhos que haviam sido apresentados à Comissão Roberts, tampouco sabia da documentação, se alguma estava em evidência ante a Comissão etc. Ele não teve oportunidade alguma para questionar outra testemunha ante a Comissão.

Como uma questão de fato, o Almirante Kimmel e eu estivemos diante da Comissão somente durante a audiência do Almirante Kimmel, durante seu próprio testemunho. Quando o Almirante Kimmel entrou na sala de audiências, ele requereu

que eu pudesse ajudá-lo, em razão do fato de que tinha mais facilidade com o conhecimento na localização da documentação, que desejaria usar na apresentação do seu testemunho. Minha presença nessa condição foi autorizada pela Comissão Roberts. Pela metade do testemunho do Almirante Kimmel, o juiz Roberts virou-se para mim e perguntou-me em que condições eu me encontrava perante a Comissão. Respon-di-lhe que para auxiliar o Almirante Kimmel na localização de documentos que diziam respeito ao seu testemunho. O juiz Roberts replicou: Como seu '*status* pode ser oficial, Almirante Theobald, eu penso que seria bom que você prestasse juramento como testemunha'. Isto foi feito naquele instante. O Sr. Roberts, então, disse sorrindo para mim: 'De fato você não está aqui na qualidade de conselheiro de defesa, porque você e o Almirante Kimmel, ambos entendem, que nenhuma acusação foi proferida contra ele, que não se encontra na condição de réu'.

Assenti com a cabeça, mas não respondi à observação do juiz Roberts. Olhei naquele instante, e ainda olho, a declaração como incompreensível e totalmente em discrepância com os fatos. O Almirante Kimmel era o comandante-em-chefe da Esquadra no Pacífico, que havia sofrido severas baixas no ataque de 7 de dezembro. A Comissão Roberts foi enviada, por ordem do Presidente, à área do Havaí para investigar os acontecimentos de 7 de dezembro; a conduta da Esquadra antes e durante este evento, o treinamento da Esquadra, a sua disposição defensiva estavam todos sob escrutínio e inquérito pela Comissão Roberts. Como qualquer investigação dessa natureza poderia ser conduzida sem julgar o Almirante Kimmel, é incompreensível para mim. Ele era o comandante-em-chefe da Esquadra e, embora acusações não houvessem sido proferi-

das contra ele, permanecia parcialmente condenado aos olhos do público, tão logo os acontecimentos de 7 de dezembro tornaram-se conhecidos. Tudo o que foi dito perante a Comissão Roberts, todos os testemunhos verbais e documentários, eram obrigatoriamente um assunto de sério interesse e importância para o Almirante Kimmel.

Em minha opinião, equidade, honestidade, imparcialidade e justiça comum determinavam que o Almirante Kimmel fosse considerado com todos os direitos reservados a um réu frente à Comissão Roberts. Qualquer achado encontrado por ela que se referisse à reputação e ao nome honrado do Almirante Kimmel, depois que definitivamente lhe foi negado o *status* de acusado, é uma discrepância com os princípios básicos da justiça e de um jogo limpo.

O juiz da Suprema Corte Roberts aventurou-se a estabelecer o fato de que o Almirante Kimmel não era um acusado, porque a Comissão Roberts era um Tribunal para encontrar fatos. De que modo um Tribunal com esse propósito, que estava investigando o comportamento e a conduta do Almirante Kimmel em 7 de dezembro de 1941, e até um ano antes desta data, poderia prosseguir sem concordar que este oficial tivesse o justo e próprio direito de estar presente para questionar e escutinar testemunhos é um tema que, em minha opinião, deve sempre carecer de uma explicação satisfatória.

Já intimado, o Almirante Kimmel prestou seu testemunho, sem o menor conhecimento do que as testemunhas anteriores haviam declarado à Comissão.

As ações da Comissão foram geralmente corretas e imparciais no seu tratamento para com o Almirante Kimmel durante o período em que permaneceu na qualidade de testemunha. Posteriormente, durante a tarde do primeiro dia do seu testemunho,

todavia, o juiz Roberts, por um considerável período de tempo, esqueceu seu *status* de juiz presidente de uma comissão imparcial e questionou o Almirante Kimmel em alto tom de voz; de fato, de um modo esperado por um advogado em uma corte mais baixa.

O juiz Roberts não estava inteiramente satisfeito com a condução dos trabalhos; isto ficou evidenciado durante a abertura do próximo encontro, quando ele dirigiu certas observações ao Almirante Kimmel. Tais observações tiveram o caráter semi-apologético. Não consigo citar exatamente a resposta do Almirante Kimmel, porém, na verdade, ele disse que não desejava oferecer nenhuma objeção ao tratamento que estava recebendo da Comissão naquele momento.

Como outra evidência do modo notoriamente imperfeito de como o inquérito estava sendo conduzido, citarei um exemplo ulterior:

O comportamento e a maneira do General-de-Brigada McNarney deram-me a impressão definitiva de que este oficial tinha pouco interesse pelo inquérito, exceto quando assuntos relacionados às forças aéreas estavam em questão. O Almirante Kimmel fez algumas observações concernentes ao Serviço de Alerta da Aviação no Havái, o qual, de acordo com o determinado na Ação Conjunta Exército e Marinha, era uma responsabilidade do Exército e, em tempo de guerra, operado pelo Exército. O General-de-Brigada McNarney imediatamente interrompeu o Almirante Kimmel, com uma solicitação ao juiz Roberts, para que lhe fosse permitido ler e que constasse do processo um extrato de uma publicação que ele possuía na mesa, diante dele. A permissão foi dada pelo juiz Roberts, certamente sem consultar o Almirante Kimmel. O General McNarney prefaciou sua leitura com a observação: “Eu faço essa introdução para manter os assentamentos corretos”. Um

membro de uma comissão imparcial sugeria que o testemunho de uma testemunha tinha que ser feito para manter os assentamentos corretos! Ele, então, leu certos extratos desta publicação que tinha a ver com a presença do oficial de ligação da Marinha no Centro de Serviço de Alerta.

Tendo em vista a maneira pela qual o inquérito era conduzido, o Almirante Kimmel não teve conhecimento se a publicação que o General McNarney acabara de ler estava ou não à disposição da Comissão. Ela não foi entregue ao Almirante Kimmel para ser examinada, antes que o General McNarney a lesse para colocá-la no processo. Durante o recesso dessa tarde, o Almirante Kimmel e eu encontramos a cópia da publicação. Para mostrar o caráter geral da publicação que o General McNarney lera, foi apenas necessário observar uma nota de rodapé que aparecia embaixo da página 12. Com efeito, essa nota dizia o seguinte: ‘Aviso para o leitor: Deve ser reconhecido que este panfleto é meramente um tiro no escuro, e o leitor deve considerá-lo da mesma maneira’. Aparentemente, a publicação foi o primeiro esforço para o Comando Interceptador estabelecer algumas regras para a conduta de um serviço de Alerta Aéreo. Este panfleto não foi enviado para o comando do Almirante Kimmel oficialmente. Ele não foi estabelecido por uma ordem assinada por uma autoridade superior do Exército nem por qualquer ajudante ou ajudante-geral do Exército, em nome de um dos chefes do Exército.

Mais tarde, durante o testemunho do Almirante Kimmel, uma questão sobre um vôo de patrulha na tarde de 7 de dezembro de 1941 veio à tona no procedimento da Comissão. Depois perante a Comissão que um avião de patrulha da Marinha havia avistado caças inimigos a cerca de 250 a 300 milhas ao norte de Oahu. Ambos, Almirante Standley e General-de-Brigada

McNarney, afirmaram que tal vôo não havia ocorrido. O Almirante Kimmel requisitou que o Capitão-de-Mar-e-Guerra (CMG) Delaney, de seu estado-maior, fosse chamado a testemunhar a fim de apresentar o traçado da plotagem que fora realizada em 7 de dezembro, numa tentativa de localizar a força de ataque japonesa. Depois de sua apresentação à Comissão, fui ao CMG Delaney e lhe perguntei se não havia posto em evidência a plotagem ante a Comissão. Respondeu-me que depôs como testemunha e tentou exibir a plotagem da operação da patrulha à Comissão, porém esta mostrou-se desinteressada e dispensou-o. Eu destaco esse incidente para demonstrar que, salvo durante o tempo em que atuou como testemunha, o Almirante Kimmel não possuía qualquer tipo de controle sobre testemunhas que ele desejasse apresentar à Comissão Roberts. O Almirante Kimmel perguntou se vários oficiais haviam sido chamados a testemunhar, e ele acreditava que isso ocorreria. Todavia, não teve oportunidade de estar presente nesses depoimentos, para então cruzar perguntas e para estar seguro de que elas ofereciam como evidências fatos, os quais ele considerava relevantes para a apresentação de seu caso. O incidente Delaney é apenas uma evidência dessa condição. Informalmente, o Almirante Kimmel e eu sabíamos que diversos oficiais superiores da Esquadra foram chamados, mas o conteúdo dos seus testemunhos ficaram totalmente fora do nosso conhecimento.

Quando a transcrição do testemunho do Almirante Kimmel foi apresentada a ele para correções, notou-se, imediatamente, que um péssimo trabalho de estenografia fora realizado. Os funcionários da firma contratada pela Comissão Roberts nunca, em tempo algum, durante o depoimento do Almirante Kimmel, pediram-lhe para repetir seu testemunho ou insinuaram de algum

modo que não haviam entendido tudo o que dissera. Todavia, o registrado poderia facilmente ser pior. O Almirante Kimmel e eu levamos dia e meio corrigindo seu testemunho. O almirante leu a parte principal do seu depoimento, que, no entanto, não foi incluída na parte estenografada, e era aparente a intenção de colocá-la em um adendo ao depoimento pela Comissão Roberts.

Primeiro vi o Sr. Howe, advogado de Justiça da Comissão, e disse-lhe quão precário foi o registrado no depoimento do Almirante Kimmel. O Sr. Howe procurou o Sr. Roberts, que se opôs a qualquer correção no testemunho do Almirante Kimmel. Tentei explicar ao Sr. Howe que o Almirante Kimmel não desejava, de qualquer modo, modificar seu testemunho. Tudo o que queria fazer, ao corrigir seu testemunho, era colocá-lo de acordo com o que originalmente dissera perante a Comissão. O Sr. Howe aparentemente transmitiu ao Sr. Roberts, porém este, novamente, opôs-se a qualquer correção do testemunho, a não ser numerar os erros e colocar as correções em um adendo ao escrito pela Comissão, um procedimento que perfeitamente tirava as esperanças, pois ninguém, ao ler o relatório da Comissão, iria procurar o adendo a cada três ou quatro palavras.

Ao mostrar que o Almirante Kimmel desejava, com a correção do seu testemunho, um procedimento corriqueiro nas cortes militares, levei o assunto pessoalmente ao Almirante Standley, porém não encontrei melhor acolhida com ele do que tivera com o Sr. Howe. O Almirante Standley disse-me: ‘Theobald, o Sr. Roberts não permitirá que a transcrição original de Kimmel seja alterada. As mudanças que Kimmel deseja terão que ser mencionadas em um adendo’. Repliquei que o Almirante Kimmel desejava apenas revisar seu testemunho à semelhança do permitido a qualquer testemunha perante

uma Corte Marcial ou Corte de Inquérito da Marinha em condições similares. O Almirante Standley disse novamente: ‘Nada pode ser feito enquanto o Sr. Roberts se opuser a tal ação’. Então respondi: ‘Porém o Sr. Roberts é apenas um membro da Comissão, e existem nela quatro militares que devem conhecer como esse assunto deve ser conduzido no caso de um testemunho à frente de uma Corte Militar’. Perguntei, então, ao Almirante Standley se eu estava entendendo que o Sr. Roberts desejava controlar a ação de toda a Comissão. O Almirante Stanley não respondeu; porém, acrescentou esta observação: ‘Theobald, você e Kimmel entendem perfeitamente o que Kimmel tem contra neste inquérito, não entendem?’ Ao que eu respondi: ‘Certamente, nós entendemos’”.

A INVESTIGAÇÃO HART

No princípio de 1944, fui convidado pelo Departamento da Marinha para colaborar em uma investigação sobre o desastre de Pearl Harbor, a ser conduzida pelo Almirante T. C. Hart. Este me insinuou que o secretário Knox encontrava-se favoravelmente disposto a meu favor e que a investigação iria beneficiar-me. Uma troca de cartas com o Sr. Knox mostrou que existiam certas condições que deveria aceitar antes de o convite ser formalizado. Estas condições colocavam minha sorte completamente nas mãos do secretário. Deste modo, declinei de tomar qualquer participação na Investigação Hart. O Almirante Hart ouviu numerosas testemunhas entre o pessoal da Marinha e juntou muitas informações valiosas, a mais interessante das quais foi o testemunho do CMG Safford, que sumarizou a informação recebida no Departamento da Marinha através da tradução das mensagens japonesas interceptadas.

Quando cheguei a Washington, para a Corte Naval de Inquérito, em junho de 1944, uma cópia da Investigação Hart foi-me entregue. O testemunho de Safford proveu-me com minha primeira informação autorizada sobre esse tema. O Almirante Hart não apresentou qualquer conclusão, constatação ou recomendação.

A CORTE NAVAL DE INQUÉRITO

Em junho de 1944, o Congresso, por resolução, exigiu que o setor executivo do governo investigasse o desastre de Pearl Harbor. Para atendê-la, a Marinha convocou uma Corte de Inquérito, e o Exército um Conselho (*board*) de Investigação. A Corte Naval de Inquérito foi convocada em 13 de julho de 1944. O presidente dessa corte foi o Almirante Orin G. Murfim, da reserva, que comandara a Esquadra da Ásia. Os outros membros foram os Almirantes E. C. Kalbfus (da reserva), ex-comandante da Força de Encouraçados e da Marinha dos EUA, e o Vice-Almirante Adolphus Andrews (da reserva), ex-comandante da Força de Patrulha quando baseada em Pearl Harbor, com o Capitão-de-Fragata Harold Biesmaier, um experiente advogado da Marinha, como advogado de justiça. Esses oficiais foram escolhidos pelo secretário da Marinha a fim de conduzirem as investigações. Eram oficiais experientes, com muita habilidade, que possuíam um amplo conhecimento das capacidades e limitações impostas pelas dificuldades logísticas e operacionais nos locais onde a Esquadra era determinada a operar.

Quando me apresentei à Corte Naval de Inquérito, no verão de 1944, fui considerado um acusado, o que me concederia o direito de estar presente durante todos os procedimentos da Corte, para cruzar depoimentos das testemunhas, chamar testemunhas e apresentar evidências. Em resumo, era-me dado o direito de defesa.

Depois de uma profunda investigação, a Corte Naval isentou-me completamente e, com efeito, fez uma constatação positiva de que não havia culpa ou erros de julgamento de minha parte e que fizera todo o possível ao meu alcance naquelas circunstâncias.

Suas constatações foram contrárias àquelas da Comissão Roberts. A culpa do desastre de Pearl Harbor foi colocada, em grande parte, nos ombros do secretário da Marinha e de seus principais subordinados.

A Corte reuniu os registros do processo em duas partes separadas – uma classificada como secreta, a outra desclassificada.

Esperava que a parte desclassificada fosse liberada. A parte carimbada de secreta incluía todas as referências às interpretações “*magic*” das mensagens japonesas e alguns outros assuntos.

Imediatamente após os procedimentos e constatações serem submetidos ao secretário da Marinha, uma carta dele ao Almirante Orin G. Murfim foi publicada nos jornais. A carta estabelecia que o secretário classificara os procedimentos e constatações de secretos, e, desse modo, nada poderia ser publicado.

Em uma entrevista que se seguiu imediatamente, o Almirante Murfim disse ao secretário que certas partes dos procedimentos e das constatações não haviam sido classificadas de secretas, pois a Corte esperava que elas fossem publicadas. O secretário, em resposta, disse que mandara Murfim dar o caráter de secreto a essas partes. O Almirante Murfim, então, afirmou que a Corte

não classificaria essas partes de secretas, que o secretário poderia fazer isso, se desejasse, porém que não tinha o direito de dizer à imprensa ou a quem quer que fosse que a Corte assinalara todos os procedimentos e constatações de secretos. Durante essa entrevista, o advogado do Departamento da Marinha, que se encontrava presente, observou que o efeito da publicação, nessa época, seria desastroso.

As partes da documentação não classificada pela Corte de Inquérito só foram liberadas para a imprensa em 29 de agosto de 1945*.

Isentou-me completamente e, com efeito, fez uma constatação positiva de que não havia culpa ou erros de julgamento de minha parte e que fizera todo o possível ao meu alcance naquelas circunstâncias.

O endosso do Almirante King revertendo as constatações da Corte de Inquérito estava datado de 6 de novembro de 1944. Tive uma entrevista com King em 7 de dezembro de 1944, durante a qual ele admitiu que nunca lera os procedimentos sobre os quais a Corte havia baseado suas constatações. Apurei, ainda,

quando da publicação dos documentos, em setembro de 1945, que, por motivo de foro íntimo, King não vacilou em reverter as constatações que me inocentavam; tampouco hesitou em macular-me com a falta do necessário julgamento requerido a um oficial do meu posto.

A este tempo, o Almirante King tinha muitas obrigações e altas responsabilidades; todavia, acredito que uma questão de justiça determinasse que, antes que ele repudiasse as constatações da Corte Naval de Inquérito, composta por brilhantes oficiais que devotaram muitas semanas cole-

* N.A – A guerra já havia terminado.

tando, avaliando e julgando as evidências, ele deveria ler os registros dos procedimentos, e fazê-lo cuidadosamente. O povo americano tinha direito ao seu melhor julgamento, a despeito dos desejos do secretário da Marinha e da administração.

Em carta ao secretário da Marinha data de 14 de julho de 1948, ele (Almirante King) reverteu a opinião que emitira em 1944.

A Corte Naval de Inquérito constatou que o Almirante Stark falhou em não transmitir para mim, durante o período extremamente crítico entre 26 de novembro e 7 de dezembro, importantes informações que diziam respeito aos japoneses e, especialmente, que ele não transmitiu, na manhã de 7 de dezembro, imediatamente, que o rompimento das relações diplomáticas estava iminente e que *um ataque na área havaiana podia ser esperado cedo* (itálicos do autor). Com efeito, uma crítica direta ao Sr. Roosevelt, embora críticas diretas ao Presidente não sejam autorizadas pelas normas.

Enquanto a Marinha conduzia a Corte Naval, um inquérito similar estava sendo levado a efeito pelo Exército (Conselho de Investigação do Exército). As conclusões consideraram que o Departamento da Guerra, em Washington, carregava muita da responsabilidade sobre o desastre.

O Sr. Stimson elegeu-se para contornar o advogado de justiça do Exército e ele mesmo reviu as constatações do Conselho. Como consequência, produziu uma revisão que o exonerava e também ao General Marshall.

As constatações do Conselho de Investigação sobre Pearl Harbor incluíram:

O chefe de Estado-Maior do Exército, General George C. Marshall, falhou em relação ao Departamento do Havaí nos seguintes pontos específicos:

a) Manter o Comando-Geral do Departamento do Havaí completamente alertado sobre a demasiada crescente tensão da situ-

ação japonesa, a qual indicava uma crescente necessidade de melhor preparação para a guerra. Informações a respeito, ele as possuía em abundância, e Short tinha poucas.

b) Enviar instruções adicionais para o comandante-geral do Departamento do Havaí, em 28 de novembro, 1941, quando, evidentemente, ele falhou em compreender o significado da resposta do General Short, de 27 de novembro, que indicava claramente que o General Short havia mal entendido e mal interpretado a mensagem de 27 de novembro e não alertou adequadamente seu comando para a guerra.

c) Encaminhar ao General Short, na tarde de 6 de dezembro e na manhã de 7 de dezembro, as informações críticas, que indicavam um quase imediato rompimento com o Japão, embora houvesse tempo suficiente para fazê-lo.

d) Investigar e determinar o estado de prontidão do Comando do Havaí entre 27 de novembro e 7 de dezembro, a despeito de pairar a ameaça de guerra.

As investigações do Conselho de Investigações do Exército também incluíam as seguintes declarações:

Os registros mostravam que, procedentes de informantes e de outros setores, o Departamento da Guerra possuía completa e detalhada informação das intenções japonesas. Informação da evidente intenção japonesa de ir à guerra em futuro próximo era bem conhecida do secretário de Estado, do secretário da Guerra, do chefe do Estado-Maior do Exército, do secretário da Marinha e do comandante de Operações Navais. Não era uma questão de fato, era uma questão de tempo. Os próximos dias veriam o fim da paz e o início da guerra.

Se for assumido que, por alguma razão, a informação não poderia ter sido dada ao Departamento do Havaí, então, era responsabilidade do Departamento da Guerra dar

ordens para Short sobre o que fazer e dizer-lhe para entrar em alerta completo em lugar de alerta contra sabotagem.

Como relatado em detalhe em outra parte, quando a informação vital chegou, em 6 de dezembro, ao G-2 do Departamento da Guerra, antes das 9 horas da noite, foi colocada em uma pasta de segurança e despachada para o Secretário do Departamento de Guerra, Coronel Bedell Smith, agora General-de-Exército Smith, com um aviso do Coronel Bratton, chefe da Sessão do Extremo Oriente do G-2, de que continha uma mensagem vitalmente importante.

De fato, a mensagem implicava guerra, e muito cedo.

Qualquer que fosse a razão que levou o Coronel Bedell Smith a não fazê-la chegar ao General Marshall na noite de 6 de dezembro, esta foi desafortunada. E, além disso, com a cúpula do Departamento de Guerra plenamente cônica da situação crítica do momento, procedimento operativo padrão deveria ter sido requerido para enviar essa mensagem ao General Marshall imediatamente. Ele, pessoalmente, era o responsável pela organização e operação do seu gabinete.

Esta informação poderia ter sido enviada para Short na tarde (hora de Honolulu) de 6 de dezembro. Adicionalmente, esta mesma informação foi transmitida para o General Executivo Gerow e para o Coronel Gailey, da Divisão de Planos de Guerra, e não existe evidência de ação por parte desta Divisão.

A responsabilidade do Departamento da Guerra é claramente definida e plena. Ações por eles tomadas teriam sido suficientes para promover o alerta no Departamento do Havaí, pois se encontrava de posse da informação que era a última clara oportunidade para usar os meios disponíveis a fim de enfrentar um ataque. O Departamento tinha o conhecimento de todo desenvolvi-

mento da preparação japonesa para a guerra e sua provável data.

Novamente, a igualmente importante e vital informação de 7 de dezembro, no dia do ataque, estava em poder do Departamento da Guerra às 9 horas da manhã.

Sob as circunstâncias, informação tem um peso vital sobre as ações a serem tomadas pelo comandante de campo; se essa informação não pudesse ser disseminada pelo Departamento da Guerra aos seus comandantes de campo, passaria a ser incumbência deste departamento, então, assumir a responsabilidade pela direção específica dos comandantes dos teatros.

Esta seria uma exceção à admirável política do Departamento da Guerra de descentralizar e atribuir completa responsabilidade aos comandantes de campos.

Short não recebeu nenhuma forma de assistência do Departamento da Guerra. O desastre de Pearl Harbor poderia ter sido eliminado em sua extensão se suas defesas estivessem disponíveis em 7 de dezembro, caso Short fosse alertado em tempo. A diferença entre alertar as defesas em tempo, por uma diretiva do Departamento da Guerra baseada nesta informação e a falha para então alertá-las é a diferença pela qual o Departamento da Guerra é responsável. O Departamento da Guerra tinha a informação. Tudo o que deveria ser feito seria ou repassá-la para Short ou dar-lhe ordens nela baseadas.

Do mesmo modo que a Corte Naval de Inquérito, o Conselho de Investigação do Exército não estava autorizado a criticar o Sr. Roosevelt. Contudo, as acusações ao General Marshall e ao Departamento da Guerra incluíam o Presidente, uma vez que ele era mantido completamente informado de todas as fases da situação japonesa, inclusive das instruções e informações transmitidas aos comandantes no Havaí.

A INVESTIGAÇÃO HEWITT

O secretário da Marinha, Sr. Forrestal, descontente com o resultado a que chegou a Corte Naval de Inquérito, solicitou ao Almirante J. O. Richardson, meu predecessor como comandante-em-chefe da Esquadra, que conduzisse outra investigação sobre o desastre. O Almirante Richardson declinou do convite sob a alegação de que não estava disponível para essa tarefa, uma vez que a primeira qualificação para tal investigador era não ter idéias preconcebidas sobre onde se encontrava a responsabilidade e nenhuma idéia fixa sobre o assunto; que ele, Richardson, estava desqualificado por sua firme convicção de que a grande parte da responsabilidade sobre o desastre de Pearl Harbor encontrava-se no ocupante da Avenida Pensilvânia, 1.600* e os membros de seu gabinete; e que qualquer evidência que lhe fosse apresentada por testemunhas não mudaria sua opinião.

Quantos almirantes foram convidados antes de o Almirante Hewitt ser designado para conduzir a investigação, eu não sei. O Capitão-de-Corveta John F. Sonnett, um advogado na vida civil, que servia como assistente especial do Secretário Forrestal, foi apontado conselheiro. A maioria dos exames das testemunhas foi conduzida pelo Sr. Sonnett.

O preceito para essa investigação especificamente dizia: “Salvo se o testemunho pudesse ser tomado sob juramento, para que haja igualdade com testemunhos previamente reunidos, *você conduzirá seu trabalho de maneira informal e sem considerar aspectos legais ou formais*” (itálicos do autor).

Os procedimentos e as averiguações da Corte Naval foram submetidos ao secretário em outubro de 1944. Em junho de 1945,

a imprensa tornou público que o Almirante H. Kent Hewitt conduziria outra investigação para Forrestal.

Imediatamente escrevi ao secretário e solicitei que me fosse permitido estar presente, acompanhado de um advogado durante a nova investigação, e que me fossem dados os direitos concedidos a um acusado. O secretário respondeu e negou sob um pretexto o qual não aceitei. Escrevi uma segunda carta e protestei desta decisão com palavras fortes. Nunca recebi resposta.

Assim, uma vez mais um almirante foi encontrado que estivesse disposto não só a conduzir uma câmara de investigação a um oficial general, da qual eu fui excluído, mas também a chegar a resultado sobre minha conduta pessoal, sem permitir que me defendesse ou soubesse quais evidências ele havia recebido. Do mesmo modo que na Comissão Roberts, tudo foi tornado secreto. Coletei dados que mostraram que o Sr. Sonnett, de fato, conduziu as investigações. O CMG Safford testemunhou que o Sr. Sonnett tentou intimidá-lo e finalmente convencê-lo de que ele, Safford, sofrera alucinações. Algumas testemunhas que depuseram perante as Investigações Hewitt mudaram os testemunhos que haviam previamente jurado.

Ao mesmo tempo, o secretário da Guerra, desapontado com as conclusões do Conselho de Investigação, encontrou o Tenente-Coronel Henry C. Clausen, um advogado na vida civil, para conduzir investigação similar.

Em justiça ao Almirante King, desejo registrar que ele me disse haver protestado contra a designação de Hewitt ou de qualquer outro indivíduo para conduzir tal investigação. Na opinião de King, tal designação delegava muito poder e responsabilidade a um único indivíduo.

* N.A– A Casa Branca.

A INVESTIGAÇÃO DO CONGRESSO

Dei boas-vindas à investigação do Congresso. Ela ocorreu, em grande parte, graças aos esforços do meu advogado, Sr. Charles B. Rugg, de Boston. Esta foi a única maneira pela qual correspondências e despachos classificados como secretos poderiam tornar-se públicos. Até que a tradução das mensagens japonesas interceptadas e outras matérias classificadas de secretas fossem liberadas para publicação, eu não tinha chance de apresentar meu caso para o público. Se o tivesse feito, estaria sujeito às penas prescritas para tal transgressão. Também ninguém teria acreditado em minha declaração, carente de apoio, de tão fantástica história. O público teria concluído, assim como o Almirante Pye*, que eu havia perdido meu juízo. A administração, por uma série de ordens da Presidência, a maioria dos votos do comitê, e um “*staff*” do mesmo a ela amigável decidiram sobre os documentos e evidências que seriam a ele apresentados ao comitê. A despeito dessas e de outras dificuldades, muitas pertinentes e importantes evidências foram registradas. Não há dúvida de que informações vitais ainda não foram liberadas**.

A atitude, em geral, dos condutores dessa investigação é ilustrada pela ação do advogado do comitê, William D. Mitchell, que tentou excluir do processo todo conhecimento da tarefa ofensiva determinada pelos planos à Esquadra do Pacífico. Ele esforçou-se em dar ao comitê a impressão de que a única missão da Esquadra do Pacífico era defender Pearl Harbor, quando exatamente o contrário era a verdade. Pearl Harbor existia para apoiar a Esquadra; a defesa da Esquadra, quando em Pearl Harbor, era uma

responsabilidade do Exército. Os protestos do meu advogado sobre essa distorção dos fatos foram ignorados. Foi somente quando a investigação estava bastante avançada que os membros republicanos tiveram sucesso em obter os documentos suprimidos.

O comitê selecionou as testemunhas a serem chamadas. Em diversos momentos não chamou testemunhas por mim requisitadas. Uma delas foi o Almirante-de-Esquadra William F. Halsey. Halsey foi o comandante dos navios-aeródromos da força de batalha e o mais graduado aviador sob minhas ordens enquanto comandeie a Esquadra do Pacífico. Ele estava no comando do grupo capitaneado por seu navio-aeródromo***, que retornava da missão de reforçar a Ilha de Wake, em 7 de dezembro de 1941, quando ocorreu o ataque. Ele tinha os conhecimentos em primeira mão sobre o ataque e as informações e ordens transmitidas pelo Departamento da Marinha. Seu testemunho teria sido de enorme valor para o comitê. O comitê não o chamou e não colheu seu depoimento.

Talvez as convicções que ele me expressou em carta datada de 20 de julho de 1953 tenham sido a razão. Transcrevo essa carta:

“Como você sabe, sempre foi minha opinião e nunca hesitei em dizer, em qualquer e em todas as ocasiões, que acredito que você e Short foram os grandes mártires militares que este país jamais produziu e que o tratamento que lhes dispensaram foi ultrajante. O passar do tempo não concorreu para que mudasse uma letra em minha opinião. Sempre tive a consciência que o deixaram carregando a mala com alguma coisa que você não sabia e não poderia controlar. Sempre acreditei que você me mantinha completamente informado e que sabia

* N.A – Ver RMB, vol. 128 nº 01-03, jan/mar 2008.

** N.A – Até hoje.

*** N.A – USS *Enterprise*.

de todas as informações secretas, importantes e pertinentes. Certamente não descartávamos a possibilidade de um ataque a Pearl; porém, com as evidências que tínhamos, a inferência mais lógica era a de que o ataque seria contra as Filipinas e em direção ao sul. Sabendo o que sabia, sinto-me tão responsável quanto você ou qualquer outro em posição no alto comando.

Se tivéssemos de posse das mensagens “*Magic*”, saberíamos que os *Japs* estavam ansiosos em serem constantemente informados da posição dos navios atracados, que um ataque a Pearl Harbor estava cogitado e que fatos apontados anteriormente indicavam a data de 7 de dezembro. Então o *Enterprise* e o *Lexington* nunca teriam suspenso para suas missões a Wake e Midway. E mais, a Esquadra nunca estaria em Pearl Harbor nessa data. É provável que teríamos sido capazes de localizar a esquadra *Jap* por patrulha aérea, antes que alcançassem a posição de lançamento.

Novamente, toda boa sorte e que Deus o proteja.

Meu amor por vocês dois,
Como sempre,

Bill Halsey.”

A investigação do Congresso foi conduzida pelo partido majoritário, o Democrata. A grande quantidade de testemunhos neste inquérito serviu para confundir a opinião pública no que tange à importância dos fatos e para abafar testemunhos que causassem danos à administração.

No principal, os pontos de vista da administração prevaleceram. O público foi influenciado pelo inquérito. Milhões de palavras dissimularam os fatos salientes sobre Pearl Harbor. Nós não estávamos prontos em Pearl Harbor, por motivos estabelecidos nesse livro.

Não posso perdoar aqueles com autoridade em Washington pelo que fizeram. E não

acredito que milhares de mães e pais, cujos filhos pereceram no trágico 7 de dezembro de 1941, irão perdoá-los. Eles serão julgados pelos tribunais da história. Ao meu livro, eles devem responder no Dia do Julgamento, como quaisquer outros criminosos.

APONTAMENTOS DO TRADUTOR

Ao concluir e publicar seu livro, cuja existência me foi negada por almirantes da Marinha dos EUA, quando lá serviu como adido naval em Washington, o Almirante Husband E. Kimmel deve ter encontrado a satisfação de haver tornado pública sua atuação no importante comando que o Governo lhe havia confiado. Contudo, suas últimas palavras mostram a mágoa de uma luta, de certo modo inglória, contra o poder constituído, apoiado pela maioria democrata no Congresso.

O que se depreende da leitura é que exerceu o comando, embora com dificuldades materiais e de pessoal, com dignidade e proficiência, nunca perdendo o propósito maior de sua missão: adestrar com rigor a Esquadra, a fim de tê-la pronta para a guerra.

Julgava, como seu antecessor, e isso dissera ao Presidente, que Pearl Harbor não era o melhor lugar para basear a Esquadra – ela deveria ser estabelecida na Costa Oeste dos EUA. Roosevelt, com a habilidade e a simpatia pessoal inerentes à sua personalidade, convenceu Kimmel a permanecer em Pearl Harbor, ao prometer mantê-lo bem informado sobre a situação quanto ao que se referisse ao Japão, em resposta a uma solicitação, quase uma imposição, do Almirante.

A situação na Europa, onde Hitler, após a conquista da França e da Noruega, o bloqueio efetuado pelos *U-boat*, e o severo bombardeio das cidades inglesas, principalmente Londres, havia colocado a Ingla-

terra de joelhos e próxima à rendição, levou Roosevelt, por convicção própria e pressionado por Churchill, a um estado de guerra não declarado com a Alemanha.

Com a assinatura do Pacto Tripartite que formou o Eixo Roma-Berlim-Tóquio, que implicou o mútuo compromisso dos três Estados de entrarem em guerra, caso algum deles fosse atacado, Roosevelt vislumbrou a oportunidade para a execução de sua política maior, a guerra contra a Alemanha, utilizando-se do Japão. É interessante notar que a Alemanha, pelos termos do acordo, não precisaria declarar guerra aos EUA para honrar sua posição no Pacto, pois o Japão fora o agressor e não o agredido.

O inimigo para o Presidente, no conflito por ele desejado, era a Alemanha nazista; o Japão teria um papel coadjuvante e a Itália seria apenas um detalhe. Hitler teria que ser derrotado. A Inglaterra não poderia cair.

A política externa americana, conduzida por Roosevelt e seus principais assessores na Casa Branca – dentro do princípio muito contestado, mas sempre utilizado, de que os fins justificam os meios –, começou a empurrar o Japão para a guerra. Não lhe faltava a ferramenta: garrotear economicamente o Japão, já desgastado em uma guerra sem fim com a China, de modo que os orgulhosos nipônicos não tivessem alternativa, senão a guerra, às inaceitáveis exigências americanas. Todavia, o planejamento deveria ser levado de modo que a América sofresse o ataque, a fim de levantar e unir a Nação, em sua grande maioria contrária a outro envolvimento militar, em razão de uma Europa que, após 20 anos, não aprendera a lição.

Parece que nada causaria maior impacto à opinião pública, à imprensa e aos políticos do que um ataque de surpresa à Esquadra do Pacífico baseada em Pearl Harbor. As maquinacões políticas para tal *desideratum* deveriam ser mantidas sob o

maior sigilo e conduzidas de modo a que o Japão aparecesse sempre à opinião americana como o país que procurara o conflito. Evidente que esse estratagema político dependeria de ser mantido o segredo e, portanto, do conhecimento de poucos. Da maior importância seria que o Almirante Kimmel e o General Short fossem mantidos na ignorância, bodes expiatórios que foram, com muita antecedência escolhidos.

Dos maiores tabus sustentados pelo governo americano durante a guerra, hoje completamente desacreditado, foi o silêncio rádio mantido pela esquadra japonesa durante sua singradura para atacar Pearl Harbor. Robert B. Stinnett, autor já citado de *Day of Deceit, the truth about FDR and Pearl Harbor*, mostra à saciedade, nos capítulos XII, XIII e XIV do seu livro, a falta de disciplina, no que concerne ao silêncio rádio, dos almirantes japoneses.

Kimmel, embora contasse no Havaí com uma poderosa capacidade de interceptação, tinha que retransmitir as mensagens interceptadas para Washington, onde seriam decodizadas, decifradas e traduzidas. A máquina *Magic* que lhe seria destinada foi desviada para os ingleses. Assim, o Havaí, Kimmel e Short dependiam inteiramente dos desígnios de Washington.

O interesse de Roosevelt era manter o Havaí ausente da realidade, realidade essa do seu conhecimento. Tudo foi conduzido nesse sentido. Kimmel e Short, no dizer de Halsey, foram os grandes mártires. Kimmel, seus filhos e neto continuaram a luta para provar sua inocência no que diz respeito à responsabilidade pelo desastre de Pearl Harbor e para, conseqüentemente, manter sua quarta estrela na reserva e para sempre. Short preferiu recolher-se até sua morte.

Roosevelt conseguiu seu intento. Talvez, ou certamente, o preço que pagou foi além do esperado; mas poderia ter sido pior,

caso o Vice-Almirante Chuichi Nagumo, comandante da Força Naval japonesa, optasse por um segundo ou mesmo um terceiro ataque, pois nada o impedia, contra os depósitos de óleo e demais facilidades da base. Porém mostrou não estar à altura da missão que lhe fora confiada e deu-a por cumprida. Para alguns americanos, no entanto, “foi um preço muito baixo para unir a Nação”.

Kimmel, em seu testemunho ao Congresso, sustentou a posição de que estaria pronto a defender Pearl Harbor “se tivesse recebido alguma informação ou mesmo indício que lhe mostrasse a probabilidade de um ataque contra o Havaí”.

Apesar dos trabalhos publicados pelos revisionistas, que mostram, com fatos, o abandono a que foram submetidos Short e Kimmel, grande parte da opinião pública americana permanece na crença da integridade do Presidente nesse episódio.

Ao final vai prevalecendo, ou mesmo prevaleceu para a história, a posição de apoio ao Presidente Roosevelt, incontestavelmente consagrado como o grande líder das democracias em sua luta contra Hitler e o nazifacismo, sem dúvida o grande flagelo com que se defrontava a humanidade.

Houvesse a América permanecido ausente do conflito europeu, Hitler teria derrotado a Inglaterra, e, provavelmente, a URSS sozinha não teria sido capaz de resistir à formidável máquina de guerra da Alemanha. Poder-se-ia especular o que ocorreria depois.

No cumprimento de seus propósitos, erros podem ser atribuídos a Roosevelt, mas, por mais sérios que tenham sido, não são

de molde a ofuscar sua grandeza perante a história.

Quanto às infundadas acusações ao correto e competente Almirante Husband E. Kimmel, decorrentes do faccioso relatório Roberts, hoje totalmente esclarecidas, evoluíram para que fossem consideradas

reféns das reputações do General Marshall e de Franklin Delano Roosevelt, que estariam envolvidos em alguma espécie de conspiração para levar os EUA à guerra, e, desse modo, bloquear, de modo injustificável, as posições dos Departamentos da Marinha e da Defesa em não levar, até hoje, a recomendação ao Presidente para que a justiça seja feita em relação ao Almirante Kimmel, restituindo-lhe, *post-mort* as quatro estrelas que ele não fez por desmerecer.

**Estaria pronto a defender
Pearl Harbor “se tivesse
recebido alguma
informação ou mesmo
indício que lhe mostrasse a
probabilidade de um
ataque contra o Havaí”**

CLASSIFICAÇÃO PARA ÍNDICE REMISSIVO:

<HISTÓRIA>/ História dos Estados Unidos; Segunda Guerra Mundial; Roberto Owen D.; Theobald, Robert A.; Hart, T. C.; Hewit, Kent; Halsey, William F.;